

FAZENDO GÊNERO

ANO V Nº11 JULHO A OUTUBRO /2001

ENTREVISTA COM SÔNIA ALVAREZ

FEMINISMO HOJE: descentramento e pluralização

O feminismo brasileiro, tal qual o reconhecemos, hoje, emergiu no bojo do processo de redemocratização, no início dos anos 80. Entretanto, quase sempre associamos a sua organização como consequência, e raramente como produtor, do dito processo de construção da democracia no Brasil. A feminista e cientista política Sônia Alvarez tem uma extensa produção acadêmica sobre o assunto e concedeu entrevista ao *Fazendo Gênero*, na qual analisa o momento atual face à pluralização, profissionalização e institucionalização do movimento feminista e as tensões que experimenta com o que chama de processo de "onguização".

Esta entrevista foi realizada por Eliane Gonçalves há um ano atrás, durante o XIII Encontro Nacional Feminista, em João Pessoa, Paraíba, já com o propósito de abrir esta edição do *Fazendo Gênero* que precede o seminário *Gênero, Educação e Pobreza* (ver nota, pág. 4). A conferência de abertura do seminário, que será proferida por Sônia Alvarez, apresentará a discussão da construção da democracia brasileira pelo viés do movimento feminista.



SÔNIA ALVAREZ é professora de Política da Universidade da Califórnia em Santa Cruz, CA/USA. Publicou vários livros, dentre eles *Engendering democracy in Brazil: women's movement in transition politics*. Tem militado no feminismo desde os anos 70 e foi assessora do Programa de Direitos e Justiça Social da Fundação Ford, no Brasil, entre 1993 e 1996.

Arquivo pessoal de Sônia Alvarez

Eliane Gonçalves: Sônia, onde está o feminismo, hoje?

Sônia Alvarez: A questão é onde está o feminismo, hoje, comparado a 20 anos. A primeira vez que vim ao Brasil, em 1981, portanto quase duas décadas, de fato tínhamos uma perspectiva bastante diferente. O principal seria dizer que, nos países da América Latina, existem muitos feminismos, que o feminismo tem se descentrado, pluralizado em vários sentidos. Entram novas atoras que se apropriam do ideário, do cenário do feminismo e o resignificam. Segundo as posições sociais que ocupam estas novas atoras, os lugares sociais que elas ocupam, se formulam novos feminismos, então surgem novos temas, novos assuntos. A questão racial, por exemplo, não era uma questão tocada há cinco ou dez anos atrás e tem sido fundamental para o feminismo, no Brasil e em toda a AL, que sempre foi acusado de ser elitista, de classe média, etc., mas sempre teve muito claro uma pauta de classe. Uma das questões fundamentais tem sido a maior atenção à diversidade, se bem que eu acho que ainda não se trabalha muito bem a questão da dife-

rença e da desigualdade; há muita tensão no discurso sobre diversidade racial, sexual... mas, até que ponto isso tem sido incorporado na agenda geral dos movimentos feministas como um todo? Não sei, acho que tem muito caminho pela frente.

Está evidente aqui neste encontro como mudou a cara do feminismo. Hoje em dia você tem mulheres que ocupam diversos espaços no sindicato, movimento popular ou igreja e essas pessoas sempre estiveram presentes, mas elas não se auto-proclamavam feministas, e são feministas evidentemente diferentes daquele pequeno grupo de pessoas que se organizaram nos anos 70. Tem gente que acha que isso é fragmentação, que despolitiza, desradicaliza; eu acho que é saudável que o feminismo passe a estar presente em todos os espaços da vida cultural, econômica, social, etc. A outra coisa, junto com esta pluralização e descentramento do feminismo, é a mudança na concepção de que o feminismo não é só sobre as questões ditas específicas, aborto, direitos reprodutivos, violência contra a mulher, a agenda clássica, e que hoje em dia se co-

loca mais claramente um projeto de transformação social mais amplo; que as feministas se preocupam também com uma série de outras questões, a própria cidadania, a democracia, a pobreza, com outros assuntos que eram ditos gerais. Também se preocupam em como fazer a ponte com outros atores sociais, como criar alianças, como negociar, como conquistar espaços que têm sido abertos.

Democracia x neoliberalismo

Agora, aí tem um aspecto perverso, que é a conjunção, ou a coincidência perversa da democratização com o neoliberalismo. Num primeiro momento, o processo é muito claro, no Brasil, a partir do final dos anos 80, com a Constituinte. A tendência é que mais e mais grupos vão se preocupar com as políticas públicas, a presença no Estado, as políticas no legislativo; é uma crescente concentração de setores dos movimentos feministas nestas questões de políticas públicas que, por sua vez, tem resultados. Resultados no sentido de que há algum tipo de resposta mínima por par-

te do Estado, mas exige um outro tipo de estratégia política que requer profissionalização, especialização, formação, que é o que leva ao famoso processo de "onguização" do movimento. As atoras mais visíveis no movimento feminista brasileiro, hoje, são as ONGs e aqui vemos que não são as únicas atoras, mas que são as mais visíveis e que têm, num certo sentido, virado as interlocutoras privilegiadas tanto das instâncias estatais como das intergovernamentais e que isso, nitidamente, é uma das mudanças maiores para além daquele descentramento dentro desse campo que eu chamo feminismo no campo discursivo de ação. São elas que fazem circular o discurso que constitui esse campo; há um referencial feminista. Sem um processo de articulação deliberada das redes, das ONGs, isso não é possível. Um veículo como o jornal de vocês contribui para a manutenção de algum vínculo político comunicacional com as pessoas que se acreditam feministas mas que atuam em uma variedade de espa-

CONTINUA NA PÁGINA 02



ços. Significa que o processo de informação circula, mesmo que você não viaje, não participe das conferências internacionais, etc., você tem os contatos; há muito maior informação, um processo de articulação que aumentou de forma extraordinária.

Agora, surge na AL, reação a esta corrente, reação por parte das que se dizem autônomas, radicais, donas da verdade, do "puro e verdadeiro feminismo", etc., mas que são críticas que têm sido cada vez mais incorporadas pelas feministas ditas institucionalizadas, pelas ONGs, pelas mulheres que trabalham nas instâncias estatais. Tais críticas têm a ver, eu acho, com o fato de que as ONGs feministas, em contraste com outras ONGs, têm uma identidade híbrida, de um lado, uma face identitária movimentista e, de outro, uma face técnico-profissional. Há uma tensão presente entre esse lado movimentista e a face profissional que tem a ver com as próprias demandas do Estado, tem a ver com fatores fora do campo feminista, que não estão inteiramente sob nosso controle, mas que, por outro lado, são determinantes na última instância.

A democracia é sempre um processo em construção, incompleto. Junto com a coincidência perversa entre democracia e neoliberalismo, tem havido um processo – todos nós sabemos – de uma mudança bastante radical no modelo de política, no modelo de Estado, no modelo de cidadania. Existe, em âmbito internacional, uma nova agenda de políticas públicas que tem tudo a ver com o enxugamento do Estado, que tendem a adotar políticas segundo os interesses maiores do projeto de dominação, e muitas das políticas públicas com enfoque de gênero que temos, hoje, na AL e no Brasil, são partes de programas de ajuste social que acompanham as políticas de reestruturação econômica. Então você tem um sem número de projetos onde há muito mais interesse na mulher no sentido do que ela pode fazer para responder à crise social criada pelo próprio neoliberalismo. O que acontece é que, crescentemente, as ONGs são chamadas a executar tarefas dos governos. Isso é muito mais patente em outros países do que no Brasil até agora.

Eliane: Você diria que há uma transferência de responsabilidades do Estado para as ONGs?

Sônia: Não é só transferência de responsabilidades. O ideal seria que as ONGs estivessem envolvidas na formulação de políticas públicas, na formulação e desenho daqueles projetos. O problema é que há uma tendência crescente a ver as ONGs como expertas em gênero, por assim falar, e ao mesmo tempo como "parceiras" (acho problemática

esta palavra). Os governos procuram fazer parcerias com a sociedade civil mais na sua qualidade de especialistas do que como uma organização de cidadãs e cidadãos que fazem *advocacy* (para usar um termo que está na moda), por exemplo, a favor dos direitos da mulher. Quando você entra numa relação desse tipo com o Estado, fica cada vez mais difícil a função da sociedade civil enquanto crítica, quer dizer, se você tem certos compromissos com o governo, fica mais difícil fazer a pressão de fora.

Eliane: Que outros problemas você apontaria nesta relação ONGs e Estado?

Sônia: O fundamental não é só o risco de cooptação, porque acho que isso não é inevitável; eu acho que você pode, pontualmente, fazer negociações e até as ditas parcerias sem ser concubina do neoliberalismo globalizado. Acho que é possível sim! O perigo é que, ao se especializar e se focalizar na intervenção na política formal, cada vez menos nos preocupamos com a intervenção no político, no espaço das representações, da cultura.

O Estado não é feminista e nunca vai ser, e nunca vai ser o que a gente quer. Por isso é que a gente tem que estar aqui [no movimento]

Porque tem muitas coisas que nenhuma legislação vai solucionar; por muito que o código penal seja reformulado, por muito que haja casas abrigo, serviços de aborto legal, tem algumas coisas que simplesmente o Estado nunca vai resolver, porque o Estado não é feminista e nunca vai ser, e nunca vai ser o que a gente quer. Por isso é que a gente tem que estar aqui [no movimento].

No nível da legislação temos tido muitos avanços, mas na implementação é outra coisa. Acho que se o movimento está cada vez mais esperto, mais capaz de monitorar, fiscalizar, acompanhar, perseguir e cobrar, eu acho que tudo isso é um avanço muito significativo, mas por outro lado acho que há menos transgressão, menos preocupação com o intervir, não só ir lá trabalhar na periferia aos sábados e domingos, com o clube de mães, isso também, mas falo do intervir no sentido da opinião pública, do sentido comum de contestar.

Um exemplo nítido disto que se dá, não aqui, mas em outros países da AL, é a legislação sobre violência contra a mulher. Em praticamente todos os países da AL a lei chama-se violência intrafamiliar. Poderia ser só uma questão de linguagem; você fala: "para negociar nós tivemos que falar em violência fa-

miliar porque violência sexual é forte demais". Só que as políticas públicas têm efeitos culturais, então, uma coisa é você traduzir e negociar numa linguagem apropriada para estes poderes, e outra é o processo de retradução contínuo que você tem que fazer para trabalhar a opinião pública, a cabeça das pessoas, o cultural. Uma lei de violência intrafamiliar pode ser vista como mais um instrumento para fortalecer a família, concebida tradicionalmente, não as famílias como elas, de fato, se manifestam no mundo.

A gente tem que ter muito mais clareza de que as representações, a forma pela qual a gente fala da situação das mulheres é tão importante quanto a ação em si.

O que eu quero dizer é que não podemos só fazer *advocacy* e esquecer, por exemplo, que o Congresso é um lugar onde se constrói significados, que a gente tem que ter muito mais clareza de que as representações, a forma pela qual a gente fala da situação das mulheres é tão importante quanto a ação em si. A sociedade civil é a expressão da sociedade que tem algum nível de organização. É saber como estar presente, como se fazer chegar aos sindicatos, às organizações, aos outros movimentos. O feminismo tem, sim, sido capaz de mexer com muitas coisas, com muitas concepções do mundo dominante, que ainda permanecem. Então, é manter os dois focos, não apenas as questões nacionais ou internacionais; não podemos esquecer aqueles lugares onde a subordinação das mulheres ainda continua a se reproduzir cotidianamente, onde as relações desiguais de poder entre homens e mulheres e entre as mulheres persistem.

Outro exemplo é o racismo, se você não trabalhar o que significa ser não branco numa sociedade racista, não adianta só passar leis contra a discriminação, assim você não transforma nada. A tensão é como você equilibrar: minha preocupação é de que as ONGs não privilegiem a face institucional e percam a capacidade de gerar discursos, de gerar significados alternativos, de contribuir para manter um outro olhar sobre o mundo, que é o feminismo, e que faça com que esse olhar chegue até as mulheres menos feministas, menos comprometidas com a luta das mulheres.

Um exemplo interessante é o uso do conceito de gênero, que era usado há mais de vinte anos nos EUA e que só começou a ser usado pelas feministas brasileiras no final dos anos 80, por al-

gumas acadêmicas. O conceito permitiu pensar a relação do feminismo com a pobreza, a relação do feminismo com a cidadania, entender que as relações de gênero permeiam tudo, que não são assuntos de mulher, mas que a gente tem que pensar o mundo de outro jeito. O problema é que o termo 'gênero' tem saído do nosso controle, quer dizer, tem sido apropriado pelo Estado em formas que não são as que a gente tem em mente. Gênero vira um termo relacional, mas não vira um termo que caracteriza relações de poder desiguais. Gênero não é só incorporar as mulheres, mas uma questão do seu empoderamento.

O problema é que nem sempre esses feminismos têm voz ou vez nas negociações, nas instâncias de parcerias. A questão é como fazer para que esses feminismos se vinculem àqueles que têm mais poder e mais recursos, maior visibilidade, maior acesso ao capital cultural, recursos materiais e políticos. Há uma tendência a se privilegiar cada vez mais algumas atoras dentro do campo feminista, em detrimento a outras. Quando os governos neoliberais "se abrem" para o diálogo com a sociedade civil, ele fala com aqueles setores mais "civilizados", eles adoram a sociedade civil mas odeiam os movimentos sociais. Claro que há organizações sociais que são parte dos movimentos, mas outras não. Há um diálogo seletivo com a sociedade civil; não é só o governo brasileiro, é o Banco Mundial, o BID, a ONU – de repente todo mundo querendo, é uma grande pressão para a sociedade civil, mas a gente tem que se perguntar: o que é a sociedade civil? Para que esse diálogo, no que ele contribui para a extensão da cidadania plena para todas as mulheres e todos os homens? Que lugar ocupam as ONGs na negociação, nas parcerias? Até que ponto este discurso de parcerias significa que as cidadãs e cidadãos têm a possibilidade de deliberar, de se informar, de monitorar e de intervir nas políticas públicas?

Uma outra coisa importante é o desafio de criar instâncias como estas [o encontro feminista], espaços de debate aberto para as mulheres e a sociedade. Porque, onde eu vou se eu me descobrir feminista? O que é ser feminista? Tem muitas ONGs que não têm espaço para voluntariado, que não têm uma atuação voltada para fazer eventos e chamar o público em geral, interessado. Então, é preciso criar espaços coletivos onde se possa discutir com as pessoas, trabalhá-las, reinventar nosso olhar feminista. O Brasil tem, ainda hoje, na AL, o movimento mais expressivo, mais criativo, com participação de sindicatos de trabalhadoras rurais, entre outros; é impressionante a vitalidade que o movimento ainda tem.



Órgão informativo do Grupo Transas do Corpo

Rua 137 com Av. 85, nº 556, Ed. da Moda, sala 301, St. Marista, Goiânia-GO/Brasil.
74.170-120. Fone: 55 (62) 241-9257 / 241-9617.
transas@transasdocorpo.com.br

www.transasdocorpo.com.br

Coordenação Executiva:

Eliane Gonçalves - Mestre em Educação e Especialista em Saúde Pública

Gelva M. M. Costa - Assistente Social

Joana Plaza Pinto - Mestre em Linguística

Kemle Semerene Costa - Nutricionista e Especialista em Saúde Pública

Lenise Santana Borges - Mestre em Mulher e Desenvolvimento, Psicóloga e Especialista em Saúde Pública

Rurany Ester Silva - Assistente Social e Especialista em Saúde Pública

Conselho Diretor:

Ana Maria Costa
Joselene Vieira dos Santos
Maria Cláudia H. da Silva e Souza
Kátia Karam Toralles (suplente)

Conselho Consultivo:
Eleuse de Brito Guimarães
Lívia Martins Carneiro
Solange Rocha
Maria Lúiza Moura (suplente)

Conselho Fiscal:
Ana Maria de Oliveira
Eleny Xavier Marinho
Márcio André Martins dos Santos
Regina Rodrigues de Mórals (suplente)

Equipe Técnico-Administrativa: Administrativo e Financeiro:

Maria Cristina de Oliveira
Auxiliar Administrativo:
Fábio Felipe

Biblioteconomia:
Cida Rodrigues

Assistente técnica:
Andréia de Paula Silva

Apoio:

Fundação MacArthur
Fundação Ford
International Women's Health Coalition

Editoras responsáveis: Eliane Gonçalves e Joana Plaza Pinto

Redação: Eliane Gonçalves, Gelva M. M. Costa, Joana Plaza Pinto, Kemle Semerene Costa.

Revisão: Joana Plaza Pinto

Editoração: Carla de Abreu (223-0566)

Mulheres e obesidade: o caráter preventivo da educação em saúde

No Brasil, de acordo com dados da Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição – PNSN, realizada em 1989, cerca de 27 milhões de adultos brasileiros (32%) apresentam algum grau de excesso de peso, dos quais 6,8 milhões têm excesso de peso acentuado ou obesidade. Do total de obesos brasileiros, mais de 70% são mulheres. A maior prevalência de excesso de peso é encontrada no grupo entre 45 e 54 anos, sendo que 37% dos homens e 55% das mulheres apresentam peso acima dos limites normais. Ainda segundo a PNSN, em famílias de baixa renda, 16% dos homens e 30% das mulheres apresentam sobrepeso ou obesidade. Na Região Centro Oeste, 31% dos adultos apresentam algum grau de excesso de peso, índice que atinge 66,7% das mulheres com mais de 40 anos.

Por ser a obesidade de difícil tratamento e elevada taxa de recidiva, inúmeros têm sido os recursos utilizados no seu combate, especialmente por mulheres, de diversas idades, que vêm submetendo seus corpos a diferentes e, muitas vezes, inconseqüentes procedimentos, a fim de atender aos padrões de beleza socialmente estabelecidos. Esta realidade vem fortalecendo a chamada "indústria do emagrecimento", representada por laboratórios, determinados seguimentos da medicina, da moda, spas e academias de ginástica. Segundo alguns estudos, a mulher que se vê distante destes padrões passa a ter comprometida a sua auto-estima, gerando complicações físicas e emocionais, como distúrbios nutricionais e depressão.

Recentemente, as gastroplastias vêm conquistando espaço, especialmente entre aquelas pessoas alvo do "efeito sanfona", o engorda-emagrece típico de quem não consegue mudar hábitos alimentares, mas sim fazer dietas temporárias. Ignorando seus riscos e conseqüências, mulheres e homens vêm se submetendo a tais cirurgias, consideradas a forma mais contundente de combate à obesidade.

Há 3 anos, o Hospital de Medicina Alternativa – HMA*, através



Grupos de Controle de Peso em atividades no HMA

da Seção de Nutrição, vem proporcionando um espaço para discussão e avaliação de hábitos alimentares, utilizando-se da consulta de nutrição e Grupos de Controle de Peso (GCP). Os GCP têm como objetivo primeiro propiciar um espaço conjunto para a troca de experiências e informações sobre alimentação e controle de peso, de maneira a contribuir para a conquista e manutenção da saúde do corpo e da mente.

Tal processo se propõe a ser educativo o suficiente para gerar reflexões e transformações no que diz respeito à compulsão alimentar, práticas pouco saudáveis de emagrecimento, imagem corporal e auto-estima, relações de gênero com enfoque na construção social do feminino, atividade física regular e prazerosa, entre outros fatores. Os encontros são abertos à participação das/os usuárias/os do HMA que já passaram pela avaliação e orientação médica, nutricional e psicológica. Acontecem quinzenalmente, com utilização de metodologia participativa, de maneira a valorizar opiniões, experiências, desejos e demandas de cada um/a.

No primeiro momento, as pessoas são encaminhadas para o GCP-I; depois, são acompanhadas no GCP-II, onde o processo educativo prossegue, até o momento em que ocorre a alta. Como parte da avaliação nutricional são utilizados o Índice de Massa Corporal – IMC (Índice de Quetelet) e a relação das medidas da cintura e do

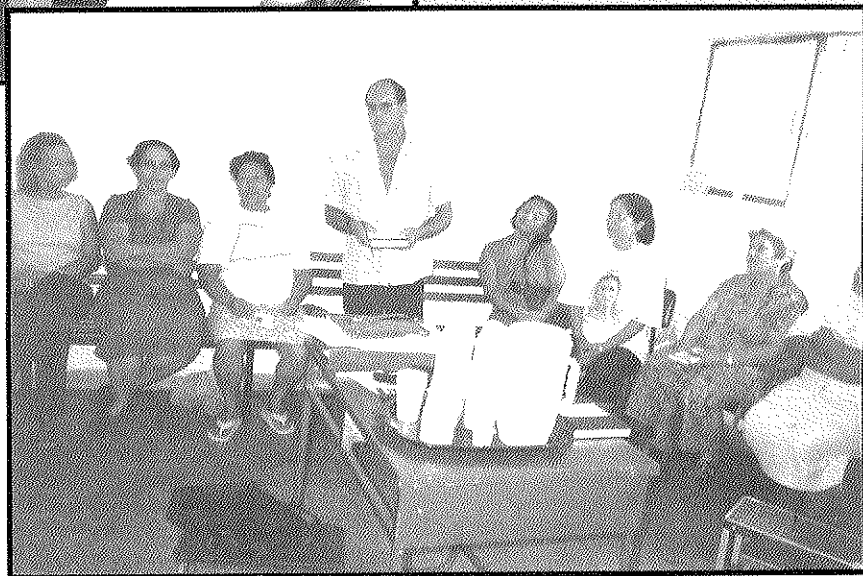


Foto arquivo pessoal de Kemle Semerene Costa

quadril (RCQ).

A experiência com os grupos tem revelado que há necessidade de se abordar a saúde de maneira integral, a fim de determinar melhores resultados; que é possível realizar transformações, desde que o momento e a realidade de cada indivíduo sejam respeitados e que este processo seja construído de maneira conjunta, envolvendo a equipe de saúde e a comunidade; que a influência dos aspectos psicológicos é fator fundamental a se considerar tendo em vista o estresse cotidiano da maioria dos/as participantes, em grande parte, mulheres (de 100 participantes, apenas 2 homens passaram pelos grupos).

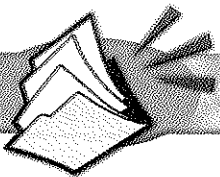
Para Kemle Semerene Costa, a nutricionista responsável pelos grupos, estender o enfoque de gênero para atividades educativas na rede pública de saúde tem sido possível graças à experiência adquirida através do trabalho realizado no Grupo Transas do Corpo, e

vem resultando em visíveis mudanças no compromisso com a educação em saúde tanto de profissionais como de usuários/as.

A avaliação de todo o processo vivenciado até o momento leva a se considerar como resultados das ações desenvolvidas nos grupos: a melhoria da auto-estima; o desenvolvimento do sentimento de solidariedade para com o grupo; a melhor assimilação de conhecimentos, propiciando mudanças de hábitos; a redução ou estabilização do peso em grande parte dos grupos; uma maior adesão ao tratamento; a integração de enfermeiras, médicos, acupunturista, farmacêutica e educadora física nas atividades; o incentivo à equipe coordenadora para estudos e pesquisas.

* O Hospital de Medicina Alternativa (HMA) é uma unidade da Secretaria Estadual de Saúde, em Goiânia, que vem colaborando com a expansão de recursos terapêuticos naturais, através da fitoterapia ayurvédica, da homeopatia, da acupuntura, da nutrição e da psicologia.

O QUE ROLA

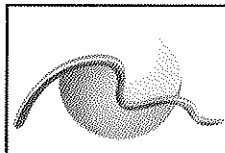


Professoras e professores por uma educação não-sexista

Foi publicada pela Secretaria para Assuntos da Mulher do Sindicato dos Professores do Ensino Particular do Estado de Goiás (SINPRO-GO) a cartilha *Educação para a Igualdade entre Mulheres e Homens: um desafio para professoras e professores*. A cartilha discute a construção social de homens e mulheres e o papel da escola nessa construção, defendendo que professoras e professores sejam agentes de uma educação não-sexista. Foi distribuída para professoras e professores do ensino particular de Goiás, e um exemplar está disponível no Centro de Estudos e Informação do Grupo Transas do Corpo. Para maiores informações, contate o SINPRO-GO pelos telefones 62-224-0917 ou 62-224-0774.



Racismo, e mil outras intolerâncias ...



Aconteceram as etapas estadual e nacional (pré-conferências) da Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, promovida pela ONU, a ser realizada em Durban, África do Sul, nos próximos 31 de agosto a 07 de setembro. Rurany Ester Silva, coordenadora do Fórum Goiano de Mulheres e da coordenação executiva do Grupo Transas do Corpo, participou como delegada das duas pré-conferências e irá à conferência na África do Sul enquanto membro do Conselho Diretor da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.

Gênero, Educação e Pobreza

O Grupo Transas do Corpo realizará nos dias 23 a 25 de agosto próximos o seminário Gênero, Educação e Pobreza, que tratará de questões relativas ao processo de desenvolvimento com enfoque sobre as desigualdades de gênero. O seminário pretende retratar o panorama da pobreza no país e as possibilidades abertas pela educação, em particular as iniciativas do terceiro setor, como uma das ferramentas para o empoderamento das mulheres e fortalecimento de sua cidadania. A conferência de abertura no dia 23, com Sônia Alvarez, será oferecida ao público geral, enquanto o seminário, nos dias 24 e 25, será oferecido para cerca de 40 convidados/as de setores da sociedade civil, governo e iniciativa privada. Informações: 241-9257, com Gelva ou Eliane.

O QUE ROLOU



Um pouco mais sobre sexualidade para professores/as

De 07 a 11 de maio últimos, o Grupo Transas do Corpo realizou curso de formação para professores/as de escolas públicas em "educação sexual e prevenção das DST/AIDS em adolescentes e jovens", em parceria com a UCG. Cerca de 80 professores/as participaram do curso, no qual foram trabalhadas as seguintes temáticas: sexualidades, relações de gênero e violências.

Orgulho gay nas ruas de Goiânia

Em 28 de junho de 1969, em Nova York, gays foram perseguidos pela polícia, mas reagiram, o que acabou tornando esse dia um marco simbólico na história do movimento homossexual moderno. É nessa data que o movimento procura se tornar mais visível e colocar seus direitos como uma pauta social através de passeatas no mundo todo: o Dia Mundial do Orgulho Gay! Em Goiânia, o movimento homossexual também marcou presença e realizou um grande ato cultural no calçadão da rua do lazer, dia 28/6, das 15h às 20h. Foi um momento de grande alegria e prazer, com apresentações culturais e uma verdadeira união contra a discriminação e o preconceito.

FIOCRUZ produz canal de saúde

Imagine um canal de TV que pode atingir 29 países em diferentes horários, em mais de 220 emissoras. E que, em breve, poderá ser acompanhado pela Internet em qualquer lugar do planeta. Este canal já existe aqui no Brasil. E ainda apresenta uma programação inédita no país e no mundo. Estamos falando do Canal Saúde, uma parceria da Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde e da Embratel, que é produzido pela única cooperativa do país especializada em jornalismo científico, a Coopas - Cooperativa de Produção Audiovisuais de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente Ltda. A programação do Canal Saúde é leve e descontraída. Sempre levando temas de interesse da população e informando o que está sendo feito na área de saúde no país. O Canal Saúde também cobre os eventos de saúde mais importantes no território brasileiro e fora dele, sempre que o Brasil está representado. A programação do Canal Saúde vai ao ar em todo o território nacional pela Embratel e Amazon Sat, Tvs Educativas e UTV.



Campanha pela melhoria da qualidade de vida das mulheres

O GRUPO TRANSAS DO CORPO lançou no último 27 de maio a Campanha pela Qualidade de Vida das Mulheres. Neste dia, em comemoração ao 28 de maio - Dia Mundial de Ação pela Saúde da Mulher, foi realizado o evento Domingo no Bairro com o Grupo Transas do Corpo. Ocorrido no período matutino, o evento foi um sucesso pois, apesar da chuva forte, moradoras e moradores do Jardim Curitiba III, bairro localizado na região noroeste de Goiânia, compareceram. Esta região foi escolhida por ser uma das mais empobrecidas da cidade, por ter poucos serviços e baixo acesso a bens culturais, de saúde e de educação, entre outros. Também nesta região existe a Maternidade Nascer Cidadão, da secretaria municipal de saúde, que tem realizado um atendimento humanizado.



Evento de Saúde, Cultura e Esporte em homenagem à Campanha pela Qualidade de Vida das Mulheres, no Jardim Curitiba III.

Para este evento contamos com a parceria das: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Grupo Malunga de Mulheres Negras, Centro Social D. Gersina Borges, SIND-Saúde, Fórum Goiano de Mulheres, e Assessoria Especial da Mulher.

A programação contou com oficinas de gênero e de saúde da mulher negra, realizadas na Maternidade Nascer Cidadão, e com atividades de Rua de Lazer, Tenda da Saúde, Escola de Circo, realizadas na rua da feira em frente à Maternidade. O evento contou com a presença de lideranças do bairro, que, ao final, receberam um kit contendo revistas, jornais e material educativo sobre saúde da mulher. Entre as atividades extras, realizamos: informações sobre o cartão da mulher e sobre a data do 28 de maio, distribuição de camisinha masculina e demonstração do uso da camisinha feminina. Um número grande de crianças

foram envolvidas pelas atividades circenses e da rua de lazer.

Os objetivos desta Campanha pela Qualidade de Vida das Mulheres são envolver, subsidiar e articular o movimento de mulheres de Goiás em eventos comemorativos de datas do calendário feminista. Durante a preparação e as comemorações, entidades governamentais e não-governamentais terão a oportunidade de aprofundar os temas propostos numa perspectiva de melhoria de vida das mulheres.

Assim, além deste evento promovido em comemoração ao 28 de maio, outros momentos importantes serão realizados. O Grupo Transas do Corpo, enquanto proponente desta campanha, após encontro com a comunicóloga Fátima Jordão, destacou as seguintes datas comemorativas para o desenvolvimento da campanha no ano de 2001: 28 de Maio - Dia Mundial de Ação pela Saúde da Mulher; 25 de novembro - Dia Mundial de Combate à Violência contra a Mulher; e 1º de dezembro - Dia Internacional de Luta contra AIDS. No momento estamos preparando as ações para as próximas datas, contando com os serviços da profissional de jornalismo Licinha.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Grupo Transas do Corpo convoca sua diretoria e associadas(os) para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 25 de Agosto de 2001, no Salão Térreo do San Marino Suite Hotel, sito à Rua 5 nº 1090 - Setor Oeste, Goiânia/GO, às 14 horas, em primeira convocação, com 50% das(os) sócias(os) efetivas(os) e às 15 horas, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, previamente consultadas(os), a fim de deliberar sobre as seguintes questões:

- apreciação e aprovação de relatório das atividades e do balanço anual e demais relatórios financeiros do exercício anterior;
- apreciação e aprovação do plano anual de trabalho e orçamento para o próximo ano;
- apresentação do Manual de Funcionamento do Grupo Transas do Corpo;
- deliberação sobre admissão de novas(os) sócias(os).

Goiânia, 15 de julho de 2001

Ana Maria Costa
Joselene Vieira dos Santos
Mariana Claudia H. da Silva e Souza
Conselho Diretor do Grupo Transas do Corpo

AGENDA

Agosto

23 a 25, Seminário Gênero, Educação e Pobreza, Goiânia - GO, informações: 62-241-9617 ou eliane@transasdocorpo.com.br

Setembro

31 de agosto a 7, III Conferência Mundial contra o Racismo, Durban - África do Sul, informações: 62-241-9617 ou rurany@transasdocorpo.com.br

10 a 13, IV Congresso Brasileiro de Prevenção em DST e Aids, Cuiabá - MT, informações: 0800-61-1997

24 a 26, III Encontro Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia, UFF - Niterói - RJ, informações: 21-2719-1876 ou encontroredem@uol.com.br

28, Dia Latino-americano pela Descriminalização do Aborto

Outubro

25 a 28, X Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, Maceió - AL, informações: 82-221-0667 ou ggal@fapeal.br

Novembro

25, Dia Mundial de Combate à Violência contra a Mulher